

EU ME ENGANO, OU TU ME RESPEITAS? A IDENTIDADE DE GÊNERO E AS OPÇÕES PROFISSIONAIS

Leandro Leite

Universidade do Vale do Itajaí, leandroleitesgs@gmail.com

Verônica Gesser

Universidade do Vale do Itajaí, gesserv@univali.br

RESUMO

Esse estudo fala de Cris que optou por trabalhar numa organização de segurança pública responsável pela custódia de menores infratores por considerar uma profissão mais masculina. Trata-se de um caso autoetnográfico cujo objetivo é o de caracterizar as lutas internas e embates externos ao que esta personagem que denominamos Cris vem enfrentando ao longo de sua vida dado a condição de sua homossexualidade. Colocar o assunto às claras no seu atual trabalho, sobre sua identidade de gênero poderia responder se lhe respeitam, porém, também trazer risco para sua vida. Alega ter vocação para a docência e gostaria de lecionar numa instituição de ensino que é gerida por um grupo religioso. Cogita a possibilidade de se apresentar como mulher para trabalhar nessa profissão na tentativa de driblar dificuldades. Há dúvida se enganaria a si mesma. Nesse cenário abordando preconceito, identidade de gênero e opção profissional o desejo de Cris é pertencer confortavelmente a um lugar, tanto na dimensão pessoal quanto profissional.

Palavras-chave: Identidade de gênero, Opção profissional, Preconceito, Autoetnografia.

1 Introdução

Pesquisar e discutir questões relacionadas à identidade de gênero, de acordo com Brabo (2008) tem se tornando objeto obrigatório em todas as camadas sociais e em todas as esferas de ambiente profissional. Denota o autor que, na nossa trajetória como profissionais da educação, da gestão de ambientes de trabalho, tanto no âmbito acadêmico quanto no âmbito de organizações públicas ou privadas tem nos mostrado que para além dos desafios e dilemas de pertencimento na dimensão pessoal, familiar e social, as pessoas também enfrentam fortes restrições e preconceitos em relação as suas escolhas e inserções profissionais.

Acreditamos que os ganhos neste campo de luta podem se tornar mais efetivos quando, de acordo com Beauvoir (1967) mais casos de toda e qualquer natureza forem relatados, analisados e socializados pela comunidade científica de modo a dar mais impacto no que tange a sensibilização e ampliação de conhecimento da sociedade mais ampla.

Diante disso, optamos por um estudo de caso autoetnográfico. A Autoetnografia como metodologia que serviu como base de análise para este estudo, seguiu os pressupostos de Arruda (2012). Em tese, o autor defende que nesse tipo de abordagem é necessário um entrelace nos conceitos, os quais envolvem posicionamento e reflexividade do autor. O posicionamento provém da revelação do motivo pelo qual o autor se interessou pelo objeto, falando abertamente sobre as opiniões, emoções e sentimentos que definem essa relação.

Assim, diante das várias situações que vivenciamos cotidianamente, o caso Cris nos impulsionou a este estudo pelo fato de ela espontaneamente iniciar a relatar seus desafios e dilemas já enfrentados em sua trajetória de vida. Consideramos seu caso revelador, na medida em que expõe seus sentimentos de luta pessoal às quais, cremos estarem cerceadas de preconceitos e dificuldades pessoais. Infelizmente, são várias as pessoas que sofrem por esses vieses e, nem todas estão predispostas a remexerem em seus mundos à ponto de exporem suas problemáticas enfrentadas nas lutas por espaço e liberdade de expressão.

Além dessa exposição sobre o motivo que nos levou ao interesse pelo objeto, Arruda (2012) aponta a necessidade nos estudos autoetnográficos sobre a reflexividade. É por meio dela que se torna visível o processo de elaboração do trabalho, justificando o porquê se seguiu determinado ator. Dessa forma, destacamos que nosso objetivo é o de caracterizar as lutas internas e embates externos ao que esta personagem que denominamos Cris vem enfrentando ao longo de sua vida dado a condição de sua homossexualidade.

Para isso, dispomos e partimos dos registros baseados nos relatos espontâneos de Cris num Diário de Vida Profissional. A análise do conteúdo desse Diário seguiu a técnica de Bardin (1977) iniciando pela leitura flutuante, seguido da escolha das escritas considerando a homogeneidade e pertinência. Para essa escolha, houve a escuta do seu relato próprio, contraposto às escritas do Diário, o que nos possibilitou elencar eixos de categorização para ambos os relatos (escrito e falado) da sua história.

No objetivo de caracterizar as lutas internas e embates externos da vida da personagem denominada Cris, o texto é apresentado em forma de narrativas a partir de eixos criados com base nas próprias expressões empregadas nos seus relatos espontâneos, inclusive, nas auto referências sobre sua identidade de gênero. Depois dessa introdução trataremos sobre: A infância de Cris; A saída de casa; Escolha e Exercício Profissional; e Aprontar as coisas. Por fim, traremos algumas Discussões e reflexões.

2 – A infância de Cris

Em suas narrativas sobre a infância, ora se auto refere no feminino e em outros momentos, no masculino. Cris discorre sobre sua infância dizendo que “sempre fui piazinho”. Nasceu numa cidade do interior do sul do Brasil de colonização italiana. Relata que essa característica de auto identidade com o gênero masculino, aliada ao fato de ser afrodescendente, foram fatores que a levou a variados tipos de discriminação e situações de vulnerabilidade. Denota Nicholson (2010) que fatores de discriminação podem tornar o indivíduo vulnerável.

Aconselhada por parentes e vendo o quanto a filha pequena era apontada por ser diferente, sua mãe a teria levado ao médico aos nove anos para buscar um remédio que a curasse “do mal”. O médico teria explicado à sua mãe que Cris ainda entraria na fase de definição de orientação sexual, mas que não se preocupasse que tudo ficaria certo. A mãe, voltou mais confusa e Cris afirma que “várias vezes” a viu “chorando por causa disso, mas eu não entendia o motivo. Só estava sendo o que sou, quem eu era... ou acho que sou, sei lá...”.

Aos onze anos, confessa que foi abusada sexualmente por um conhecido da família que disse fazer aquilo para o próprio bem dela. Nas palavras do algoz, ele estaria “fazendo um favor” mostrando a ela o quão bom seria “sentir um macho”. Cris relata ter corrido para casa e que esfregou o corpo com escova: “queria me livrar daquela casca que eu sentia no corpo”. Não contando a ninguém, seguiu sua vida, porém, passou a desenvolver hábitos ainda mais estranhos.

Cris passou a dormir debaixo da cama e esperar o dia passar no forro da casa, onde “dormia muito e só ali e me sentia bem. Como se ali, ninguém pudesse me encostar”. Além disso, teria parado de falar com as pessoas por achar que “ninguém” a “entendia”: “Na realidade, nem eu me entendia. Sabia que o que eu sentia não era certo, ouvia isso o tempo todo. Levei muito tapa por ser eu. Achava que a culpa do abuso era minha”.

Sua mãe, no que ela descreve como “num ato de desespero” ao ver que não falava mais, teria lhe dado “um tapa na cara, chorando, pedindo para falar”, pois “ela queria me ajudar”. Mas Cris lembra que não conseguiu sequer chorar. Tem gravada na memória “a cena da mãe chorando e eu ali, sem conseguir derrubar uma lágrima. Parecia que tudo tinha secado dentro de mim”. Não conseguiu “confiar na mãe pra falar. Não confiava em ninguém”.

Com muito pesar, decidiu que deveria sair da casa dos seus pais na tentativa de compreender se na vastidão do mundo, encontrar-se-iam pessoas parecidas com ela e com seu jeito de enxergar as coisas.

2.1 A saída de casa

Isso se deu aos seus dezessete anos, onde no intuito de estudar foi morar longe. Cris entendeu que “para poder ser” ela, sem “machucar ninguém, o melhor era vazar. Minha família sempre foi preconceituosa. Uma vez disse que queria jogar futebol e levei uma surra. Futebol era coisa de homem”.

Cris lembra que sempre que fora pega brincando de carrinho ou usando as roupas de seus irmãos, também teria apanhado. Relata também que “mesmo de cabelo comprido eu não usava solto. Colocar vestido pra mim era uma tortura. Eu gostava de chão, de poeira, de aventura [...] tudo coisa de piá”.

Ao decidir ir embora, foi “sem olhar pra trás, só que a saudade de casa aperta. Mas aí você tem que escolher, ta ligado? Em seguir o que sente ou fazer uma social pensando nos outros. Eu decidi tentar ser feliz. Não estou dizendo que o que fiz é certo.” Seu dilema é o de que “teve uma hora que olhei pra mim e me vi sem vida. Então vi um mapa e pensei: tem chão... tem gente. Tem um mundo que não conheço, vai que tem outra agulha no palheiro”.

Essa expressão de Cris se refere ao fato de que nunca havia visto “ninguém que achasse que parecia” com ela ou seu “jeito”. Declarou gargalhando que “achava que eu era a última Coca do deserto”. Com isso, se refere ao fato de se sentir extremamente diferenciada em comparativo com as demais pessoas, no caso, heterossexuais.

Já na cidade nova, conheceu “figuras diferentes” e ouviu falar que havia um lugar onde “pessoas como” ela, se encontravam. Resolveu ir, nas suas palavras “como um rato entrando numa casa estranha, de olho pra ver se tinha algum inimigo na área”. Lá conheceu outras pessoas como ela a ponto de se “sentir normal”. Entrou na danceteria “rezando pra não ter ninguém conhecido”.

Relata, também, que algumas vezes ficara sem dinheiro e sem lugar para morar, precisando dormir na rua. Com o passar dos anos acabou sendo demitida do trabalho e enquanto recebia o seguro-desemprego foi aprovada na universidade federal.

Assim, acabou por trancar sua matrícula na Instituição de Ensino Superior particular onde estudou. Na sequência, prestou concurso de nível superior para uma força de segurança pública. Porém essa escolha teve como base sua orientação sexual e possibilidade de expressão da sua identidade de gênero. Para isso, seguiu alguns pressupostos de pessoas com as quais teve convivência durante esse período.

2.2 A escolha e o exercício da nova profissão

Com o êxito nessa empreitada por obter a aprovação no concurso, sua escolha para exercício da nova profissão proveio do dato de que tal ambiente seria “um universo mais masculino, ta ligado?” Muitas das suas amigas estavam indo por esse caminho que seria tranquilo, com exceções de “uns caras meio babacas que às vezes sarreavam da cara delas falando em fantasia de mulher se pegando. Só que para o ramo de segurança dessas gurias eu já não tinha idade pra poder prestar concurso”.

Então, foi trabalhar com custódia de menores infratores numa espécie de prisão, embora normalmente seja tratada como espaço de apreensão de menores infratores. Lá observou que suas colegas mulheres não faziam os procedimentos de revista íntima nos indivíduos apreendidos. Segundo elas, os menores não respeitavam mulheres para isso. Os “guris pequenos faziam piadas escrotas, às vezes ficavam excitados na revista. Então elas não faziam revista, mas porra, nosso salário é igual ao dos caras (se referindo aos colegas homens, de profissão).” Segundo Cris, a função independe de sexo, então “como não vou trabalhar?”, questionara.

Nessa fala, Cris aponta ao fenômeno descrito por Ceribeli et al. (2016) para os quais devido ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, a questão do gênero trouxe consigo discrepâncias significativas no tratamento para homens e mulheres pelos seus empregadores. Pois, o fato de as mulheres não fazerem os procedimentos de revista íntima, inferem a aceitação dos seus superiores hierárquicos.

Cris se aproveitou de um dia de falta de pessoal e se pôs de frente aos menores infratores enquanto eram submetidos à revista íntima: “fechei a cara e fui mandando. Eles fazendo. Não teve piadinha, teve respeito.” Cris acaba “sacando que uma postura mais masculina dava mais respeito no meio, ta ligado?” Porém, dentre os menores infratores existem certos regimentos internos que são normalmente aceitos (ou impostos) pela maioria. Dentre eles, o fato de serem totalmente contra a homossexualidade. De acordo com Dias (2011) nos estabelecimentos onde existem normas de facções criminosas, indivíduos homossexuais não são aceitos em seu convívio.

Com base nos pressupostos, infere-se que as facções podem gerir o convívio, inclusive, dentre menores de 18 anos em espaços de apreensão que também pode ser entendido como um cárcere, afinal, dali os menores só devem sair mediante autorização judicial. Ao mesmo tempo, deduz-se que os ordenamentos das facções se estendem ao convívio dos indivíduos apreendidos com os profissionais do sistema.

Diante disso, Cris relata que já haviam posto “o Rhávi pra correr dali e não deixaram mais fazer revista neles. O cara teve que ser transferido.” Os colegas de profissão descobriram e contaram para os menores sobre a homossexualidade de Rhávi que também trabalhava com custódia de menores infratores. Alguns menores “começaram a insinuar pra ele aparecer no quarto mais tarde. Outros, começaram a xingar. Daí, a maioria resolveu que ele não era mais aceito ali”. Rhávi teria dito à Cris que “poderia fincar o pé e lutar”, porém estava cansado: “não tenho psicológico pra aguentar pressão nesse momento da minha vida. Vou sair desse trabalho!”

De acordo com Ceribeli et al. (2016) na sociedade contemporânea as organizações ainda não estão preparadas para lidar com questões de diversidade de gênero. Os autores citam isso para se referirem aos tratamentos desiguais entre homens e mulheres.

Há que se considerar que existem diversidades de gêneros. Cris relata ter refletido sobre “esse tal psicológico pra aguentar” e passou a entender o que Rhávi quis dizer. Segundo sua interpretação ele falou da história de preconceito de pessoas como eles, que crescem tendo que conviver com isso. Disse Cris “eu bem queria ser hétero, seria bem mais fácil.” Se assim fosse “estaria morando perto da mãe, como meus irmãos e comendo maionese na casa dela no domingo com meus filhos.” Mas Cris enxerga sua realidade como algo que não escolheu, nas suas palavras “eu sou, sem optar por nada”, se referindo à condição de sua homossexualidade.

Ocorre, que houve aceitação do seu trabalho pelo grupo de menores infratores. Assim, Cris passou a se sentir mais produtiva o que aumentou seu rendimento no trabalho. Como ainda está no estágio probatório declara que “ao mesmo tempo que eu estou em teste, eu também estou testando o trampo. Qualquer um de nós pode pular fora. Ninguém é obrigado”.

Com relação ao seu dia-a-dia no trabalho, afirma: “troco altas ideias com os guris (se referindo aos menores infratores). Eu trato eles com respeito, sabe? Eu nem vou atrás de saber o que fizeram pra estarem ali.” Existem colegas de profissão de Cris que tratam os menores de acordo com o delito infringido: “Ah, aquele estuprador; ou aquele ladrãozinho”.

Ao escutar seus relatos, ficamos curiosos em saber o que seria o respeito relatado no trato com os menores. Cris explica que “o respeito é agindo dentro da lei. Eu faço isso; agir na norma e deixo claro isso pra eles. Falo o que posso e se não posso, por que não posso fazer por eles. Acho que assim não trato ninguém nem melhor, nem pior.” Sua intenção é deixar claro que vai agir “dentro do profissionalismo e assim eles não discutem nem tentam se dirigir com coisas absurdas pra mim”. Nesse tratamento, Cris infere a aplicação do conceito de isonomia e, ao mesmo tempo, demonstra um tratamento em ambiente de cárcere baseado no ideal proposto por Moutinho e Puckar

(2017) para os quais nesses sistemas, deve se atuar de forma a minimizar os riscos de reincidência, para isso, o ambiente não deve ser meramente punitivo, deixando os internos propensos a pensamentos vingativos ou de fuga. Deve contribuir para a ressignificação de vida do indivíduo punido o que pode ser alcançado por meio de medidas simples, como chamamento nominal, igualdade de tratamento, sobre uma conduta ética.

Apesar disso, Cris teme que a qualquer momento os menores se revoltam contra ela e que acabe passando por situação de estresse ou até perigo de vida. Afinal, Cris dispara:

Trabalho com flor que não se cheira. Eu fico “de cara” (se referindo a espanto – grifo nosso), tem uma grande quantidade de menor que é preto e todos eles estão apreendidos. Tu achas que não são vítimas de preconceito? Como alguém que já foi, ou é vítima de preconceito, não se coloca no lugar do outro?

Percebemos que sua dúvida está no fato de que tanto seus colegas de profissão quanto os menores se referem à ela pelo pronome masculino: Sr. Cris. Tal tratamento poderia ser uma forma de devolutiva do respeito que dispensa no seu dia-a-dia, tanto com seus colegas de profissão, quanto pelos menores com os quais trabalha. Talvez, por isso, todos a tratam tomando como base a forma pela qual Cris expressa sua identidade masculina de gênero, ou contrariamente, pelo desconhecimento dessa identidade de gênero. Com essa dúvida, Cris alega querer estar com “tudo pronto caso chegue a hora da verdade”.

3 Aprontar as coisas

O que percebemos em seus relatos é uma razoável consciência de Cris em relação a sua condição de permanência em seu posto de trabalho, a qual pode estar relacionada à sua identidade de gênero. Por isso, Cris administra sua vida sempre no sentido de “aprontar as coisas”; ou seja, preparar-se, em todos os sentidos, para lidar com novas situações ou desafios que possam se desencadear em decorrência de uma provável “hora da verdade”. Nesta linha, o “tudo pronto” de Cris se refere ao gosto que tem por aprender. Por isso, investe grande parte do seu salário para pagar um curso de mestrado. Sua intenção é terminar esse curso para estar com plena capacidade de

assumir a carreira de docência em ensino superior. Mas, nota que “não tem mulher (ou cara) como eu ali, ta ligado? Tem carinhas gays, mas enrustidos”.

A pretensão de Cris seria lecionar numa organização que é administrada por religiosos. Porém, o ingresso de profissionais se dá por meio de concurso público. Cris relata que já viu “caso de cara que foi descoberto gay e o Coordenador geral fez a maior pressão psicológica até o cara pedir transferência pra algum lugar bem longe”. E ainda continua: “você sabem do balaio que é homossexualidade com algumas religiões? Daí tu pode me dizer: mas tu escolhes trabalhar justo aí? E eu te respondo que é ali que me vejo produzindo e fazendo a diferença na vida das pessoas.”

Atualmente, de acordo Gomes et al; (2011) o indivíduo assume a maior parcela de responsabilidade sobre o desenvolvimento de sua carreira de forma motivada ou impelida pela necessidade de adequação às exigências de mercado. Observamos sobre a realidade de Cris que a demanda de mercado traz consigo a problemática referente à sua orientação sexual, o que pode impelir sua expressão de identidade de gênero, pois, tais pressupostos acabam por assumir a maior parcela sobre o desenvolvimento de sua carreira. Denota Gomes et al; (2011) que a âncora de carreira é importante, na medida em que norteia as decisões e escolhas profissionais do indivíduo. No entanto para Cris, esse norte tem relação direta com a aceitação da sua condição homossexual e identidade de gênero.

Isso fica mais claro na sua fala aonde as lembranças do colega Rhávi lhe vêm, e com isso a tal “estrutura pra trabalhar num lugar onde está claro que você não é bem vindo, não interessa o quão profissional seja”. De forma inquiridora, Cris continua seu relato e questiona: “até onde as pessoas podem estar sendo sujeitadas ou obrigadas a irem para encontrar um lugar no qual se sintam sem dúvidas e confortavelmente como pertencentes?”

Esse último foi um questionamento de Cris que nos fez refletir sobre o fato de que um ato de pertencimento pode significar conteúdo para muitas discussões e lutas. De acordo com Butler (2015, p.43) essa é uma condição de precariedade humana a qual praticamente expõe essas pessoas num verdadeiro “quadro de guerra”. A autora explica que “a vida precária implica a vida como um processo condicionado, e não como um aspecto interno de um indivíduo [...]”.

Consciente ou não Cris se identifica nessa precariedade de sua vida. Por isso, Cris explica vai terminar o mestrado antes do estágio probatório. Então, no momento, está trabalhando numa organização de segurança pública que é responsável pela custódia de menores infratores. Esses menores e seus colegas de trabalho já deixaram claro que são contra a homossexualidade (pelo menos masculina) e que (ao menos) homens com essa orientação sexual deveriam ficar longe deles.

Cris alega que se sente produtiva na função; porém, mulheres também não são bem aceitas para procedimentos de revista dos menores infratores. Sua dúvida é sobre o tratamento pelo pronome masculino que lhe dispensam que poderia se tratar de uma forma de respeito pela sua apresentação de identidade de gênero ou o desconhecimento da sua orientação sexual.

Segundo Cris, “jogar isso no ventilador pode colocar meu couro na rifa” (se referindo a risco de morte ao falar sobre o assunto). Ou então “pode significar que estou no lugar certo e daí esqueço que acho que deveria dar aula”. Ou ainda, tem a opção de “me engano, viro mulherzinha, de cabelinho comprido, sem regata à vácuo” (se referindo a vestimenta extremamente apertada) “pra apertar meus ovos fritos” (se referindo aos seus seios, considerados pequenos “felizmente” segundo ela). De repente tendo que “arrumar um namorado pra dá uma desfilada disfarçando”.

A forma como Cris descreve sua condição demonstra uma evidente confusão identitária e, ao mesmo tempo, de severa precariedade de vida. No entanto, essa condição indica que:

Nossas obrigações são precisamente para com as condições que tornam a vida possível, não para com a ‘vida em si mesma’ ou melhor dizendo [...] essas condições são, ao mesmo tempo, nossa responsabilidade política e a matéria de nossas decisões mais árduas”. (BUTLER, 2015, p. 43).

Diante disso, seu dilema está em permanecer trabalhando numa organização na qual sua identidade masculina de gênero pode estar sendo aceita e cuja discussão, para se ter certeza, pode trazer risco de morte. Além disso, ainda, não traria sentimento de realização profissional - ou disfarçar sua identidade de gênero se apresentando de forma feminina noutra organização de ensino gerida por religiosos como tentativa de exercer a profissão que gosta, com menor risco de exposição a preconceitos.

Em ambos os casos, Cris não está certa se, e por quanto tempo conseguiria suportar essas pressões psicológicas e tamanha precariedade. Nas suas palavras “não tenho noção, mesmo já tendo levado tanta porrada da vida do quanto aguento a pressão, ta ligado?” Cris prossegue: “A gente vai cansando. O psicológico grita. Quando eu penso em levantar pra trabalhar num lugar que eu sei que não me querem e tendo que fazer isso por dias e dias seguidos, dá uma agonia cara”. Eis a precariedade de Cris!

Na perspectiva de Butler (2015), isso significa não a vida como tal, mas “[...] sempre e apenas das condições de vida, da vida como algo que exige determinadas condições para se tornar

uma vida vivível e, sobretudo, para tornar-se uma vida de luto”. De certa maneira, encarar-se-ia a vida como um quadro de guerra.

4 Discussões e considerações

Com a aceitação do seu trabalho pelo grupo de menores infratores, Cris passou a se sentir mais produtiva. Isso aumentou seu rendimento no trabalho. Como ainda está no estágio probatório declara que “ao mesmo tempo que eu estou em teste, eu também estou testando o trampo. Qualquer um de nós pode pular fora. Ninguém é obrigado.” No seu dia-a-dia no trabalho, diz que “troco altas ideias com os guris”, se referindo ao diálogo respeitoso onde desconsidera “o que fizeram pra estarem ali. Tem colega que trata o cara pelo delito: Ah, aquele estuprador; ou aquele ladrãozinho.”

Ouvindo seus relatos, nos questionamos: o que seria o respeito relatado no trato com os menores. Cris nos explicou: “o respeito é agindo dentro da lei. Eu faço isso; agir na norma e deixo claro isso pra eles. Falo o que posso e se não posso, por que não posso fazer por eles.” Na sua visão, é uma forma de tratamento igualitário, pois age “dentro do profissionalismo e assim eles não discutem nem tentam se dirigir com coisas absurdas pra mim”. Ao mesmo tempo, Cris relatou que a escolha deste concurso para esta profissão tem relação com sua atitude ou jeito masculinizado de agir.

Cris teme que a qualquer momento os menores se revoltam contra ela e que acabe passando por situação de estresse ou até perigo de vida, afinal, explica: “trabalho com flor que não se cheira. Eu fico “de cara” (se referindo a espanto), tem uma grande quantidade de menor que é preto e todos eles estão apreendidos. Tu achas que não são vítimas de preconceito?” E continua sua reflexão: “como alguém que já foi, ou é vítima de preconceito, não se coloque no lugar do outro”

Sua dúvida está no fato de que tanto seus colegas de profissão quanto os menores, se referem a ela pelo pronome masculino: Sr. Cris. Tal tratamento poderia ser uma forma de devolutiva do respeito que dispensa no seu dia-a-dia, onde todos a tratariam observando a forma com que comunica sua identidade de gênero ou, na verdade, o desconhecimento da sua identidade de gênero. Cris alega querer estar com “tudo pronto caso chegue a hora da verdade”.

Enquanto aos indivíduos heterossexuais a escolha profissional obedece de forma geral a atenção sobre as aptidões pessoais, ao homossexual, forçosamente lhe resta a análise referente ao ambiente no qual estará inserido onde a realidade aponta para a identificação de possibilidades de maior exposição à riscos. Para isso, é indiferente o nível de profissionalismo. Tais fatores apontam

para uma disparidade entre as classes, de acordo com a orientação sexual, constatando essa realidade nas palavras da personagem Cris, onde se é homossexual sem optar.

Sobre o questionamento da personagem que disse “até onde as pessoas podem estar sendo sujeitadas ou obrigadas a irem para encontrar um lugar no qual se sintam sem dúvidas e confortavelmente como pertencentes?” lançamos mais um: o quanto as organizações perdem por desconsiderarem o profissionalismo dos indivíduos se atendo à sua orientação sexual e a sua identidade de gênero? Ou ainda, o quanto a sociedade em geral perde com isso?

De acordo com Moreira Neto e Sachuk (2011) as prisões são constituídas por pessoas mais pobres, geralmente de baixa escolaridade, com famílias desestruturadas, desqualificação profissional e participação precária no mercado de trabalho. No entanto, os relatos da personagem Cris nos fazem perceber que o preconceito e a discriminação atingem variados ambientes, no mínimo indiferentes aos níveis de escolaridade dos indivíduos, pois, na instituição de ensino superior a qual deseja lecionar tais fatores também demonstraram existir.

Nesse sentido, esta pesquisa autoetnográfica foi de encontro aos conceitos de Brabo (2009) para o qual, o intuito de ampliar um debate sobre gênero e mulheres, gênero e relações de poder no trabalho, mais especificadamente no que diz respeito às políticas públicas, no sentido de construir bases que venham contribuir para a compreensão de gênero, para igualdade de gênero, para a formação e ao empoderamento de cada ser no âmbito desta trajetória e de luta carregada de precariedade e de luto.

Essas considerações, ainda provisórias e inconclusas, nos fazem acreditar que provocar discussões sobre gênero, relações de gênero e empoderamento da mulher/menina no âmbito educacional, social, familiar e profissional, significa olhar criticamente para uma estrutura de poder tendenciosa, estereotipada e discriminatória que foi construída historicamente e, buscar desconstruí-la para que se atinja o pressuposto de igualdade nos relacionamentos interpessoais.

Emerge a necessidade de políticas de coalizão dentre a diversidade de gêneros que vão ao encontro aos pressupostos de igualdade como forma de construção de uma sociedade mais justa para todos os seres humanos, pois, de forma indistinta somos todos iguais.

Referencias

ARRUDA, José. P. (2012). *“Tese e antítese: a autoetnografia como proposta metodológica.”* Doutorando em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. *Atas do VII*

Congresso Português de Sociologia, 2012. Disponível em: [Tese e Antítese: A Autoetnografia como Proposta Metodológica](#). Acesso em 21 mai. 2017.

BARDIN, Laurence. “*Análise de conteúdo*.” Lisboa: Edições 70, 1977.

BEAUVOIR, Simone de. “*O segundo sexo: a experiência vivida*.” Tradução de: MILLIET, Sérgio. 2ª ed. Difusão Europeia do Livro: São Paulo, 1967. 500p.

BOURDIEU, Pierre. “*A dominação masculina*.” 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRABO, Tânia S. A. M. “*Gênero, educação e política: múltiplos olhares*.” São Paulo: Ícone, 2009.

BRABO, Tânia. S. A. “*Gênero e poder local*.” São Paulo: Humanitas, 2008.

BUTLER, Judith. “*Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*.” Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CERIBELI, Harrison. B. et al; (2016) “*Análise da qualidade de vida no trabalho (QVT) sob a perspectiva das diferenças entre gêneros*.” Reuna, v. 21, n. 3, p. 5-24, 2016.

DIAS, Camila. C.N. (2011). “*Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões*.” Tempo Social - Revista de sociologia da USP. v. 23, n. 2, pp. 213-233.

GOMES, Dione. F. N., et al. (2011). “*Entre a âncora de carreira e a escolha profissional – análise das primeiras definições de carreira dos formandos de curso de administração em São Paulo*.” Pensamento & Realidade, 26(1), 15-31.

MOREIRA NETO, A. L. C.; SACHUK, M. I. “*Múltiplas visões sobre as atividades de trabalho remunerado, desenvolvidas por detentos na Penitenciária Estadual de Maringá*.” Gestão & Regionalidade, v. 27, n. 79, art. 29, p. 96-107, 2011.

MOUTINHO, Jhonatania.J.U; PUCKAR, Poliana de O.C. (2017) “*Humanização: contribuições para o processo de reintegração social de presos*.” PSICOLOGADO ARTIGOS. nº.07; jul. 2017. Disponível em:< <https://psicologado.com/atuacao/psicologia-social/humanizacao-contribuicoes-para-o-processo-de-reintegracao-social-de-presos> > Consulta em 04 ago. 2017.

NICHOLSON, Linda. (2000) “*Interpretando o gênero*.” Revista Estudos Feministas. v. 8, n. 2. Santa Catarina. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>. Acesso em 10 de set de 2016.